

PROPÓSITO E POTENCIALIDADE DO CURRÍCULO & BNCC

Fabiana Pereira de Aguiar Ricardo¹

Alexandre Paiva Gaspar²

Amneris Ribeiro Caciatori³

Marcio da Veiga Cabral⁴

Vera Cristina Souza Teracin⁵

Resumo: Este trabalho apresenta dois temas que caminham juntos, o Currículo Educacional Brasileiro e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que são aplicadas na Educação Básica nas instituições de ensino, com o propósito de regular as competências e habilidades importantes a serem desenvolvidas no conteúdo aplicado em sala de aula aos discentes, em busca de promover o ensino-aprendizagem. O Currículo Educacional Brasileiro e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se complementam e exige uma preparação complexa da escola, já que envolve normas, leis e tendências da sociedade, que afetam os conhecimentos transmitidos aos alunos. Para o desenvolvimento deste trabalho, ocorreu estudos através de uma revisão de literatura, tendo como fonte de dados a Biblioteca Digital, bem como a revisão bibliográfica realizada a partir do referencial teórico apresentado na disciplina “Princípios do Projeto de Currículo”. Portanto o Currículo Educacional Brasileiro de acordo com as normativas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), busca auxiliar as necessidades dos alunos para que as aprendizagens sejam expressivas, bem como garantir um ensino de qualidade nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Currículo Educacional Brasileiro. Base Nacional Comum Curricular Instituições de Ensino.

1 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: fabiana.ricardo01@etec.sp.gov.br

2 Mestre em Tecnologia Emergentes na Educação pela Must University. E-mail: alexandre.gaspar@cps.sp.gov.br

3 Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: amneris.caciatori@cps.sp.gov.br

4 Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail: marciocabral@gmail.com

5 Especialista em Neuroaprendizagem: Neurociência Aplicada a Educação pela Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo. E-mail: vera.teracin@cps.sp.gov.br

Abstract: This work presents two themes that go together, the Brazilian Educational Curriculum and the National Common Curricular Base (BNCC) that are applied in Basic Education in educational institutions, with the purpose of regulating the important skills and abilities to be developed in the content applied in classroom to students, seeking to promote teaching-learning. The Brazilian Educational Curriculum and the National Common Curricular Base (BNCC) complement each other and require complex preparation from the school, as it involves norms, laws and trends in society, which affect the knowledge transmitted to students. For the development of this work, studies were carried out through a literature review, using the Digital Library as a data source, as well as a bibliographic review carried out based on the theoretical framework presented in the discipline “Principles of Curriculum Design”. Therefore, the Brazilian Educational Curriculum, in accordance with the regulations of the National Common Curricular Base (BNCC), seeks to assist the needs of students so that learning is expressive, as well as guaranteeing quality teaching in educational institutions.

Keywords: Brazilian Educational Curriculum. Common National Curriculum Base. Educational Institutions.

Introdução

Dois temas que apesar de não serem novos são atualmente a inquietação no âmbito escolar, o Currículo Educacional Brasileiro e a BNCC, o propósito e desafio desses temas são de extremamente importância para estrutura educacional.

A fim de, apropriamos do assunto, se faz necessário comentarmos a trajetória do Currículo Educacional Brasileiro, que ao decorrer do tempo sofreu diversas influências, dentre elas internacionais que afetaram diretamente a sua evolução. A concepção de currículo na educação em instituições de ensino, requer uma análise relacionada a política, economia e a cultura, haja vista que, o currículo é um instrumento importante, que possui a intenção de nortear as ações pedagógicas na escola.

Assim como o currículo é um registro fundamental para escola, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui o propósito de guiar as instituições de ensino nos processos de gestão curricular apropriado, que surgiu após o resultado de diversas discussões e regulamentações legais, e foi promulgada pelo Ministério da Educação em 2017 como uma

documentação norteadora para todas as fases e categorias do Ensino Básica.

Diante desse contexto, o Currículo Educacional Brasileiro e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem o desejo de apresentar um processo de ensino-aprendizagem, que abarca normas, leis e tendência da sociedade.

Assim, o objeto deste trabalho é expor o conceito de Currículo na Educação Brasileira e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de propor uma reflexão de como ambas caminho juntos a fim de, promover qualidade nas instituições de ensino. Para isso, esse estudo abordará três tópicos importantes: Currículo no Brasil, seu conceito e trajetória; Base Nacional Comum (BNCC) com o seu trabalho em busca de uma política de currículo para Educação do Brasil e; Potencialidade do Currículo Educacional & BNCC, que aborda as implicações direta da BNCC para o currículo da Ensino Básico.

Este *paper* teve como metodologia a revisão bibliográfica realizada a partir do referencial teórico proposto na disciplina “Princípios do Projeto de Currículo” e discussões referente a temática Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o atual currículo Brasileiro.

Curriculum no Brasil

Interessante se faz, refletirmos referente ao termo currículo antes de adentrarmos na evolução dele no Brasil. O currículo é uma palavra copiosamente utilizada no contexto profissional e educacional, a sua trajetória reflete mudanças significativas no mercado de trabalho e na educação, ou seja, aos estudantes e a sociedade.

Curriculum é um termo usado em vários contextos, na maioria das vezes geralmente se refere a planos de estudos, programas e outras ocasiões e relacionada a implementações didáticas. No entanto, há uma luta poder contextualizar o conceito e transportá-lo para diferentes áreas sem que isso ser motivo de rupturas nos centros educacionais (Paz, 2012, p.10).

Goodson (1995), Berticelli (1999), comentam que a palavra currículo de acordo com suas raízes vem do latim “Scurrere”, que se refere a pista de corrida ou carreira. Entretanto 1633 em Oxford English Dictionary surgiu pela primeira vez nos registros da Universidade de Glasgow um plano estruturado de estudos, denominado currículo.

Com o surgimento da escolarização em massa, após os movimentos

imigratórios no início do século XX nos Estados Unidos, o currículo torna-se necessário. Neste período o governo começa a sentir-se a necessidade que o conhecimento a ser transmitido para a população deve ocorrer de forma padronizada, ou seja, que o ensino fossem os mesmos para todos os cidadãos da sociedade.

Provavelmente o currículo aparece pela primeira vez como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos dos anos vinte. Em conexão com o processo de industrialização e os movimentos imigratórios, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas sobretudo à administração da educação, para racionalizar o processo de construção e desenvolvimento e testagem de currículos (Silva, 2001, p.12).

No Brasil, o currículo, sofre grandes influências internacionais, devido à diversidade de referências e metodologias que são integradas ao seu estudo, desde a época das colônias até os dias atuais.

A produção teórica referente ao currículo no Brasil iniciou no período colonial com os Jesuítas que influenciaram por intermédio do rigor metodológico, valores da fé europeia e na pedagogia tradicional.

Os Jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' escolas elementares e colégios como fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o Ratio Studiorum a sua expressão máxima (Sangenis, 2004, p. 93).

Segundo Almeida (2019) no período do império o currículo recebeu grandes inspirações norte-americana, através das teorias e movimentos curriculares. Na década 1920 através do movimento de alguns educadores na Bahia e em Minas, surgiu o Manifesto do Pioneiro da Nova Escola com proposito de romper com a escola tradicional e na busca de uma educação integral, ativa e prática, por meio de uma organização curricular nas escolas brasileiras.

A partir de 1930 por meio dos pensadores norte-americanos John Dewey, John Bobbit e Ralph Tyler ocorreu o movimento escolanovista, o currículo passa a ser sistematizado. Conforme, Maia, (1982, p.27) "A corrente escolanovista reforçava essa posição 'da escola colada à realidade',

baseada no princípio de ‘adequação’ e, assim, colocava-se ao lado das forças conservadoras”.

Ainda durante este período surgiu o Instituto Nacional de Pedagogia (INEP), “e sua nomenclatura foi alterada em 2001 para Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Pedagogia (INEP)”. Também em 1930 apareceu o Programa de Assistência Brasileiro-Americana Educação Elementar, o PABAE.

De acordo com Piletti, (2010, p.99) “apesar da mudança do regime e da Nova Constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.”

No ano de 1961 foi promulgado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com um currículo mais flexível para o ensino primário e secundário.

De acordo com Almeida (2019) em 1962, a disciplina Currículo e Programa passam a ser inserida nas matrizes curriculares do curso de pedagogia. Já em 1980, a Teoria Funcionalista norte-americanas eram base do currículo no Brasil. De 1980 a 1990 novas questões referentes ao currículo surgiram a partir do momento que ocorreu abertura política. No ano de 1996 à União, com os estados e municípios determinam os conteúdos mínimos a serem ministrados em todo o país. O Plano Nacional de Educação (PNE), com as diretrizes, metas e estratégias ocorrerão desde 2014 até 2024. Em 2017 foi aprovada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com o propósito de estruturar as atividades pedagógicas e curriculares em todo o país.

As reformas elaboradas pelos pioneiros representaram um importante rompimento com a escola tradicional, por sua ênfase na natureza social do processo escolar, por sua preocupação em renovar o currículo, por sua tentativa de modernizar os métodos e estratégias de ensino e de avaliação e, ainda, por sua insistência na democratização da sala de aula e da relação professor-aluno (Moreira, 1990, p. 77).

Diante da trajetória do currículo no Brasil em atravessar diversas influências e mudanças, ele se tornou uma identidade importantíssima no âmbito escolar, visto que, abordar aspecto cultural e social necessário para a formação do cidadão, buscando reduzir a desigualdade na sociedade. Além de ser um registro que busca orientar e normatizar o trabalho dos docentes e garantir a qualidade de ensino na sala de aula.

Base Nacional Comum Curricular

A Educação é uma área que necessita de uma atenção ímpar do Estado, através de políticas que auxiliem no fortalecimento das competências cognitivas e socioemocionais do cidadão. A trajetória da Base Nacional Comum (BNCC) é a resposta de um vasto trabalho em busca de uma política de currículo para Educação do Brasil.

Prenunciada na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014 se determinou a construção da Base Nacional Comum Curricular. No ano de 2017 o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental e em 2018 para o Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular não é currículo, mas sim um documento que determina, nortear as práticas pedagógicas e as competências, habilidades e conteúdos essenciais para aprendizagem a nível nacional. “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais [...]” (Brasil, 2017, p.9).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece seu foco na aprendizagem para fomentar um ensino de qualidade em todas as fases e variedade da Educação Básica, de acordo como que determina o Plano Nacional de Educação (PNE). Desta forma “[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais” (Brasil, 2018a, p.8).

As competências e habilidades essenciais que os discentes devem alcançar na trajetória educacional nas fases da Educação Básica, devem contemplar aspectos cognitivos e socioafetivos, com o propósito de desenvolver um cidadão com pensamento crítico, ético e comprometido na edificação de uma sociedade igualitária e inclusiva, estão expressos nas 10 (dez) competências gerais da BNCC.

A BNCC enfatiza que: “[...] competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p.8).

Diante do exposto, é possível afirmar que, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), possui como principal objetivo garantir através das 10(dez) competências gerais que são aplicadas em todos os estágios e tipos de ensino básico, uma estrutura de aprendizagem essencial que irá interferir na reformulação de currículos nas instituições de Educação Básica.

Potencialidade do Currículo Educacional Brasileiro & BNCC

Nas Instituições de Ensino atualmente a pauta é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e seu propósito. Essa discussão se refere ao intuito da BNCC em estabelecer as competências a serem desenvolvidas nos discentes em cada estágio da Educação Básica, preparando os alunos para a sociedade.

De acordo com a percepção de Carvalho (2010, p.42), “[...] a escola é desafiada a transmitir novos conhecimentos e formar novas competências, com o objetivo de preparar seres humanos para as novas condições de vida, em consonância com a nova dinâmica do capitalismo”.

Conforme mencionado no capítulo anterior a BNCC não é um currículo pronto, mas sim uma normativa para criação do currículo. Ou seja, cada escola possui autonomia de construir o seu currículo, desde que esteja de acordo com as orientações propostas na documentação da BNCC.

[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2018a, p.7).

Importante se faz, mencionarmos que como política estruturante, “[...] a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referente à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdo educacional” (Brasil, 2018a, p. 8).

Entretanto a BNCC traz implicações direta para o currículo da Ensino Básico, visto que, busca regular as competências e habilidades indispensáveis as serem desenvolvidas por meio dos conteúdos trabalhados em sala de aula. É necessário levar em consideração “aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto à

capacidade de mobilizá-los e aplicá-los” (Brasil, 2017, p.12).

Uma das bases que sustentam a defesa da BNCC é as competências transformadas em conteúdo que pode ser apreendido pelos discentes “a aprendizagem de qualidade é uma meta que o País deve perseguir incansavelmente, e a BNCC é uma peça central nessa direção” (Brasil, 2017, p. 5).

O currículo educacional brasileiro procura orientar no que se refere as aprendizagens dos estudantes, à formação inicial e continuada dos professores, a elaboração de materiais de apoio, às matrizes curriculares e de avaliação. Dessa forma permite que “[...] a BNCC deverá ser, daqui em diante, uma referência para a formação inicial e continuada dos professores. Abre-se assim uma janela de oportunidades para debater alguns dos entraves e dar qualidade à formação do professor brasileiro” (Brasil, 2018b, p.7).

Portanto o currículo educacional brasileiro de acordo com as normativas da BNCC possui a finalidade de amparar as demandas dos discentes para que sejam significativas as aprendizagens, e “à mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p.8).

Diante do contexto entre Currículo Educacional Brasileiro e BNCC, destacamos que o ensino brasileiro atravessou diversas adversidades históricas e políticas ao longo do tempo, debates e movimentos sociais surgiram para criação de um currículo que integre as dimensões física, intelectual, cultural e socioemocional. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em busca de uma qualidade na educação independentemente da rede ensino buscou nortear a instituições de ensino na construção do currículo abarcando competências e habilidades necessárias para o desenvolvimento do aluno.

Conclusão

As reflexões apresentadas tiveram como questão central o Currículo Educacional Brasileiro e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Básica, seus propósitos, desafios e implicações diretas nas instituições de ensino.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pautada nas competências e habilidades, estabelece normativas para o ensino básico

com a finalidade de reorganizar o currículo educacional brasileiro, por meio de um conjunto de orientações que irão nortear as equipes pedagógicas na elaboração dos currículos locais, além de ser um registro que deve ser seguido por escolas públicas e privadas.

Por fim, este *paper* salienta-se que as mudanças planejadas através das Base Nacional Comum Curricular (BNCC), carregam perspectivas na concepção do saber, em temas centrais, proposto na construção do Currículo Educacional Brasileiro.

Referências

- Almeida, S. M. D. (2019). Convergências entre currículo e tecnologias. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br> acessado em 29 de novembro de 2023.
- Brasil. (2017). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC/Consed/Undime.
- Brasil.(2018). Base Nacional Comum Curricular: ensino médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf Acessado em: 21 nov. 2023.
- Berticelli, I. A. (1999). Currículo: tendências e filosofia. In Vorraber,C.M. (org.). O currículo nos limiares do contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Carvalho, E. J. G. (2010). Educação e Diversidade Cultural. In Carvalho, E. J. G.; Faustino, R.C. (orgs). Educação e Diversidade Cultural (pp. 17-54). Maringá: Eduem.
- Goodson, I. F. (1995). Currículo: teoria e prática. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- Maia, E. M. (1982). Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos? (pp.27-33). Brasília: Em Aberto, nº 9.
- Moreira, A.F.B. (1990). Os recentes debates sobre currículo no Brasil. In: Moreira, A.F.B. Currículos e Programas no Brasil. (pp.125-162). Campinas: Papyrus.
- Paz, V.G. (2012). Teoria curricular. México: Red Tercer milênio.

Piletti, N. (2010). *História da Educação no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Ática.

Sangenis, L. F. C. (2004). Franciscanos na Educação brasileira. In Stephanou, M.; Bastos, M. C. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil* (pp.93-107). Petrópolis: Vozes, vol. I – séculos XVI-XVIII.

Silva, T. T. (2001). *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica. Belo Horizonte.